

JOSÉ LUANDINO VIEIRA

PAPÉIS DA PRISÃO

APONTAMENTOS, DIÁRIO, CORRESPONDÊNCIA

(1962-1971)

ORGANIZAÇÃO

Margarida Calafate Ribeiro | Mónica V. Silva | Roberto Vecchi

CAMINHO

Wook

O TARRAFAL É A PRISÃO EM MIM

Entrevista a José Luandino Vieira sobre os *Papéis da Prisão*

No projeto dos *Papéis da Prisão*, de José Luandino Vieira, era importante pôr em diálogo a voz e o olhar do Luandino de hoje com os textos e os factos do Luandino de ontem, reunidos e referidos neste volume. No antigamente, na vida, dir-se-ia. Assim, a distância temporal associaria à escrita também a própria releitura do autor, sempre em benefício do acesso do leitor de hoje à compreensão do mundo retratado nos fragmentos. Para cumprir este objetivo optou-se pela forma imediata da entrevista. Esta ocorreu entre Luandino, Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi em vários momentos (entre Maio-Agosto de 2015) em Vila Nova de Cerveira. Põe-se aqui à disposição do leitor.

Equipa – Num projeto como este dos *Papéis*, pelo carácter fragmentário e disperso dos materiais, apesar da ordem obsessiva com que foram recolhidos, seria importante definir uma periodização da escrita de prisão. Pode tentar?

José Luandino Vieira – A escrita de prisão... Tenho de pensar no trabalho que fiz ainda em liberdade e que já estava a ser feito com

os mesmos pressupostos que depois reativei estando já encarcerado. Estou-me a referir, por exemplo, ao que chamam romance ou novela, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* foi terminada no dia 10 de Novembro de 1961, numa casa em Lisboa, na rua D. Rodrigo da Fonseca. Era aí que residia quando, depois, no dia 20 de Novembro, fui preso. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* já foi escrito com o sentido de ser clandestino. Não era um texto que se pudesse publicar naquela altura, nem em Portugal, nem em Angola. A censura do Estado salazarista colonialista português funcionava em Luanda nos mesmos moldes que funcionava em Portugal. Foi enviado para fora, traduzido por Mário Pinto de Andrade para depois sair na *Présence Africaine*. Mas nos primeiros tempos o romance circulou assinado por Mundele ua Kwanza, Branco do Kwanza, que foi o pseudónimo que Mário Pinto de Andrade arranjou para publicar o romance, sem que houvesse consequências para quem estava dentro do território. Depois de eu ser julgado, Mário Pinto de Andrade substitui o nome: retirou Mundele ua Kwanza e pôs Luandino Vieira.

Resumindo, era uma novela escrita no sentido nacionalista, independentista, e quer eu saísse ou não do território, já escrevia com a mesma intenção com que, depois, o outro trabalho literário foi escrito, quando estávamos todos na prisão. Posso dizer que a partir do ano de 61, sobretudo depois do 4 de Fevereiro de 61, todo o trabalho literário era um trabalho em que eu já estava encarcerado, porque não havia possibilidade de o publicar. Era um tempo de grande ação cultural onde fosse possível, nos jornais, nas associações, nos clubes... Mais do que textos naquele tempo eu fazia era desenhos, muitos desenhos.

E. – Desculpe a interrupção, mas trata-se de um elemento de contexto, não só biográfico, importante. A que revistas, jornais ou associações se refere?

J.L.V. – Estou-me a referir ao *Jornal de Angola*, órgão da Associação dos Naturais de Angola, estou-me a referir ao *ABC*, que era um jornal dos democratas portugueses que viviam em Luanda, por exemplo. Havia outros jornais que aceitavam a nossa colaboração, mas estes eram os dois jornais onde eu aceitava colaborar. Mas depois do 4 de Fevereiro de 61 começámos a escrever para Lisboa regularmente para os colegas da Casa dos Estudantes do Império, que publicavam a *Mensagem*, e em Luanda nós tentávamos, e, às vezes, conseguíamos, um subsídio para apoiar as publicações da Casa dos Estudantes do Império.

E. – Tratando-se efetivamente de um movimento, com uma ação cultural e política relevante, é importante explicitar: quando o Luandino se refere a «nós» está-se a referir a quem, quem é esse «nós»?

J.L.V. – «Nós»?... era um grupo heterogêneo de jovens da cidade de Luanda, da parte colonial da cidade de Luanda, que tinham ideias nacionalistas e independentistas e que tinham relações com jovens intelectuais africanos que, do outro lado do asfalto, nos musseques, animavam as outras associações desportivas, clubes de futebol, como o Botafogo Futebol Clube, que tinha biblioteca, associações culturais e sociais, onde se reuniam e se acantonavam pequenos grupos nacionalistas. Havia na cidade de Luanda essa malha de pequenos grupos nacionalistas, independentistas, que atuavam cada um de acordo com o que achava que devia fazer ou com o que podia fazer. E havia sempre, ou quase sempre, elementos de ligação. Naquele tempo o poeta António Jacinto era o que na verdade influenciava o grupo que referi como «nós». Reuníamos-nos no café Monte Carlo, o António Cardoso e os irmãos Guerra, Henrique e Mário Guerra, com um outro grupo que depois publicou uma pequena antologia, *Força Nova*, que eram muito mais novos. Todos tiveram problemas com a PIDE. Uns foram presos, outros interrogados e depois soltos. Era também este grupo que tinha ligações com os democratas progressistas portugueses, que geralmente tinham profissões liberais: engenheiros, advogados, e que pontificavam na Sociedade Cultural de Angola e no Cine Clube de Luanda. Estas associações funcionavam com base na militância dos progressistas portugueses, gente que, por exemplo, quando havia as eleições em Portugal, se organizava como oposição e constituía as comissões. Lembro-me muito bem que num ano havia Humberto Delgado e Arlindo Vicente e nós, miúdos e jovens íamos assistir a essas sessões de esclarecimento ou comícios que só eram autorizados dentro dos cineteatros.

E. – A pergunta surge da leitura dos seus textos, hoje. Qual o papel, não só da literatura, mas de todo o pano de fundo que contribuiu para a sua escrita, o papel das imagens, da música, do teatro, do cinema, ou seja, de outras formas de arte que se sentem na sua literatura... Por exemplo, formas culturais inesperadas como a banda desenhada: começou como desenhador, há uma modernidade nestes textos que vem de uma espécie de diálogo interestético. Esse trabalho, sobretudo com a imagem, é um trabalho que faz parte do inconsciente criativo do escritor. O Luandino tem uma opção estética sobre isto?

J.L.V. – Não tenho nenhuma opção estética *a priori*. Vamos ver se consigo ser verdadeiro. 1951. No jornal do Liceu Nacional de Salvador Correia, só em 1953 é que há um texto meu, é um conto que se chama *O Cartaz*. Mas a minha primeira expressão foi plástica, num jornal manuscrito que fazíamos, com os meus 14/15 anos, chamado *O Gaiato*. Era um jornal que circulava no 4.º ano, nas turmas do 4.º ano e 5º ano. Era uma tradição naquele liceu, na época, jornal manuscrito. Recebemos o testemunho do A. Jacinto e outros mais velhos. Era um leitor de *O Mosquito* e cheguei a enviar-lhes uma banda desenhada. Como não tinha dinheiro para o cinema saltava o muro todos os sábados e domingos. Depois a gente sentava-se lá dentro para ver aqueles filmes, filmes de Hollywood. Fiquei com tal gosto pelo cinema que cheguei a ter uma Paillard de 16 mm. E quando fui para o Porto tinha levado a Paillard, e levava, já não era só o *script*, era mesmo o guião para fazer um documentário do poema «Namoro», do Viriato da Cruz.

No ano de 1957 ou 58 vi trezentos e tal filmes, vi mais que um filme por dia. Depois consegui uma carteira do jornal, *Província de Angola* ou *ABC*, já não me lembro, como crítico de cinema e também como crítico de futebol. Como crítico de cinema ia ver o filme, fazia umas notas para os jornais; de futebol, nunca punha os pés no futebol mas ficava sentado no bar Rialto, com os meus camaradas de geração, a beber cerveja e a comer ovos cozidos. Quando acabava o futebol nós chamávamos uns miúdos e eles contavam-nos o jogo. De maneira que aqueles relatos de futebol nesses anos não vale a pena acreditar. Não punha o meu nome, era no tempo em que a gente punha duas iniciais e servia. As críticas de cinema eram mais sérias, porque davam direito a ir ao cinema e sobretudo não podia dizer muito mal do filme, porque era a própria empresa que nos dava os filmes para o cineclubes. Lembro-me do senhor Queirós. Era um senhor que tinha preocupações culturais. Então mandava vir um filme ou outro que tinham pouco a ver com os filmes do circuito. Também tenho uns contos sobre futebol, porque jogava futebol. Cheguei a jogar nos juniores e escolhi o clube dos operários. O pai do Adolfo Maria, o senhor António Maria, era torneiro mecânico nas Oficinas Gerais do Caminho-de-Ferro. E então fui jogar para o Ferroviário, Clube Ferroviário de Luanda. Fiz o 1.º ano no Clube Ferroviário de Luanda, não gostei muito porque... É verdade que os brancos do Ferroviário eram diferentes do Benfica. O Benfica não admitia nem negros nem mestiços. Então mudei para o Atlético que era conhecido em Luanda pelo «clube dos cozinheiros».

Fomos para o futebol porque o Atlético era um clube que tínhamos de manter na órbita nacionalista. Era um clube que tinha sede na Baixa mas era tido como um clube do musseque. «Clube dos cozinheiros». Só tinha um equipamento, um par de botas. Era outro estilo de clube. Na fotografia onde eu estou há 3 ministros, 2 embaixadores, depois da independência. Bom, fora os escritores...

E. – Quando é preso, o projeto de ser escritor, o seu projeto literário está em fase de construção, já com alguns traços bem definidos. É constantemente alimentado pelo que vê, pelo que observa, pelo que vai conversando com os outros. Ao mesmo tempo este projeto confronta-se com as condições adversas do meio e é por elas também condicionado. Como escrevia, que cuidados tinha de ter?

J.L.V. – Dentro da prisão havia vários perigos. Mas eu já tinha o hábito de escrever clandestinamente e na prisão desenvolvi essa prática. Os apontamentos, o diário, surgem também porque percebi que muito embora tivesse sempre confiado na minha memória (tenho muito boa memória), havia coisas que eu tinha que escrever, até porque a memória não podia guardar isso tudo, e, portanto, como já escrevia para a clandestinidade fora da cadeia foi-me fácil entrar na cadeia e dizer «deixa-me continuar a escrever para a clandestinidade». Os apontamentos, as notas já eram feitos pensando nisso, e os bilhetes que recebia, muitas vezes diziam: «Lê, decora e rasga». Eu lia, decorava e indisciplinadamente guardava. Na verdade, naquela idade, até comprometia o sistema de comunicação que havia dentro da cadeia em Luanda e que era dos nacionalistas angolanos que estavam presos nas duas alas. A cadeia estava dividida: de um lado estariam os assimilados, do outro, estariam os indígenas, mas também não era bem assim. Por vezes estava tudo misturado e a PIDE não fazia assim grandes diferenças, porque a atuação deles era diferente. Mas, comecei a perceber que se me indisciplinava e guardava essas comunicações – às vezes eram comunicações de pessoas que estavam em interrogatório e que era preciso avisar cá fora sobre o que se dizia – colocava muitos em risco e, portanto, essas comunicações eram destruídas, mas o material que eu presumia que me podia servir como escritor eu gostava de guardar. Para isso preparei um saco que permitia a saída clandestina, ainda que fosse muito irregular, porque havia visitas periódicas às celas para apanhar tudo quanto os presos estavam a escrever.

E. – Nesta escrita de prisão há duas formas dominantes, no meio de inúmeras outras: as cartas e o diário. As cartas são um material que

tem um destinatário objetivo. O diário é algo mais pessoal? É uma escrita confessional, sem destinatário?

J.L.V. – Ambos são pessoais. Encontro ali dois tipos de cartas: umas eram cartas que escrevia às vezes, sempre que me interessava, numa folha A4 ou uns aerogramas que eram também manobras de diversão. Eram as cartas que eu escrevia, dobrava, com selo e o inspetor que dirigia o Pavilhão lia, fechava e mandava pôr no correio. No mesmo dia, pela via clandestina, saía uma carta com os assuntos que não podia pôr obviamente naquelas cartas. Isto na parte de Luanda, sobretudo a parte do Pavilhão, até sermos condenados pelo Tribunal Militar. Essas outras cartas estavam subconscientemente guardadas para manter a unidade da família. Em todas as cartas dou argumentos, escrevo argumentos, para mim e para a Linda, no sentido de manter o tipo de ligação que nós tínhamos, que era aquilo a que nós chamávamos de uma ligação para o futuro e que, agora, tinha de ser assim visando o fim último que era a luta pela independência de Angola. E era muito claro que tipo de independência desejávamos. Felizmente está tudo lá e as datas bem exaradas, o que significa que nós estávamos atentos e que o assunto era discutido. As cartas tinham um acentuado cunho político e visavam preservar a unidade, que era uma maneira de manter a luta.

E. – No período dos cárceres de Luanda surge a proximidade com diferentes presos, presos de delito comum ou políticos. No campo de Tarrafal há apenas presos políticos de vários movimentos angolanos e de outras colónias. Durante a sua longa detenção, como muda a sua percepção da prisão?

J.L.V. – Quando estou preso no Pavilhão estou preso só com presos políticos. Quando se aproximou a data do julgamento, o julgamento foi protelado, pois entre a dedução da acusação e o julgamento passou-se mais de um ano. A situação mudava diariamente e as indicações que recebíamos, aquilo que percebíamos do que se passava... – nuns dias tínhamos a convicção de que nunca mais saíamos e no dia seguinte tínhamos a convicção que íamos sair no dia seguinte. A própria atitude do Tribunal Militar Territorial, dos juizes e dos advogados, contribuía para essa permanente indecisão. Também havia sempre razões aparentemente laterais: umas vezes reunia o Conselho de Segurança das Nações Unidas, outras vezes Portugal tinha que ir responder perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, por que aquele julgamento ficou sempre sujeito às contingências exteriores da

política ultramarina do governo português. Quando finalmente se decidiram a fazer o julgamento, decidiram pela pena máxima, 25 anos. Era o máximo que o código permitia. Não percebo se naquela altura era por estarem em situação de força, se era por estarem em situação de extrema fragilidade. Penso que era para implementar o que depois se chamou a psico – a ação de recuperação psicossocial. Nós fomos para o Tarrafal para grande exemplo. Nenhum de nós era reincidente, não tínhamos antecedentes, havia uma série de atenuantes, e portanto 14 anos mais as medidas de segurança representava um exemplo, uma eternidade. Quando chegámos ao Tarrafal começaram os outros a sair, os do «Processo dos 50». Pouco a pouco o campo foi-se esvaziando, os nacionalistas estavam a ser enviados para outros lados. Houve uma altura em que estávamos só nove, penso eu, mas depois chegou a nova leva, com presos da UNITA. Os primeiros elementos da UNITA a chegar ao Tarrafal eram os professores, funcionários médios, funcionários do caminho-de-ferro de Benguela, um dos fundadores, Jonathan Chingunji, que era professor. Os últimos que chegaram ao Tarrafal foram já da geração seguinte, estudantes universitários, oriundos dos Estudos Gerais de Angola de onde saiu logo uma leva de universitários para o campo do Tarrafal, mais aqueles que desde 59, 60, 61, 62, 63 e 64, se tinham mostrado sempre muito militantes e que estavam no Misombo, ou noutros campos: Manuel Pedro Pacavira, Augusto Bengue, Paiva Domingos da Silva, que estavam presos noutros campos, mas como continuavam a fazer a militância dentro dos próprios campos onde estavam eram considerados elementos perigosos e acabaram por vir para o Tarrafal. Para o Tarrafal vinham os irrecuperáveis. Era um processo de destruição. O campo do Tarrafal era mesmo para separar a parte pensante da parte executante e da parte militar. E nós, com o acrescento de sermos «os brancos», éramos também uma parte de resposta à oposição portuguesa e resposta para o mundo. Éramos para além de nacionalistas, os «comunistas»: o Luandino, o António Jacinto e o António Cardoso. Tinha estado o Helder Neto, mas quando eu cheguei já não estava, tinha vindo para Lisboa. Essa é a estratégia de Adriano Moreira ao abrir o campo. A parte militar concordou e lançaram a psico. Era ainda nisso que estavam quando chegou o 25 de Abril.

E. – Sempre para mostrar as múltiplas dimensões implicadas no nome «prisão», *Os Papéis de Prisão* trazem dois espaços predominantes: as prisões de Luanda e o Tarrafal... Marcam uma dualidade que

se reflete na experiência de vida e, como se depreende muito bem, na escrita e no projeto de Luandino como escritor. Como podemos, como leitores, hoje, abordar esta dualidade?

J.L.V. – As prisões de Luanda são várias: o Pavilhão Prisional da PIDE, em São Paulo, a cadeia do Comando Central da Polícia, na Baixa, que era uma cadeia de passagem. Das rusgas que a Polícia de Segurança Pública fazia durante a semana, sobretudo quinta, sexta, sábado, pela cidade, vinha tudo parar ali: prostitutas, ladrões, vadios, bêbados caídos na rua. Nesses dias enchia. À segunda-feira começavam as carrinhas a levá-los para um juiz que os ia mandado para aqui, para ali, despachando ou mandando para liberdade. Na semana seguinte voltavam... Nós, os presos políticos, ficamos lá o tempo suficiente para reaparecerem reincidentes. Para mim essa cadeia teve dois aspetos: do ponto de vista da nossa vida prisional foi um período terrível porque demos cabo da saúde. Não tinha condições nenhuma, era um prédio do século XVII, junto à marginal, cheio de ratazanas do tamanho de coelhos. Durante o dia, não podíamos ter recreio porque os curros davam para a parada, que, por sua vez, dava para a vida da guarnição. Aí funcionava uma oficina de automóveis, de pequenas reparações e pintura, e nós levávamos todo o dia com os vapores da pintura celulósica dentro da cela. Fomos mudados para o Comando Central porque entretanto marcaram o julgamento e pensavam que ali era mais seguro. Nos dias do julgamento saíamos num Unimogue, algemados sob escolta militar, até ao Tribunal Militar que era na Alta.

Mas para mim esta foi a cadeia que deu mais material literário, que permitiu escrever o *Luanda* e melhorá-lo. A história de «O Ladrão do Papagaio» saiu desta cadeia. Na altura estavam a terminar as obras da primeira cadeia construída para o efeito, que era a Cadeia Comarcã de Luanda, Cadeia Civil de Luanda, na Boavista, longe da cidade, para lá do porto. Os presos de delito comum tinham todos sido transferidos para lá e havia uma ala que ainda não estava ocupada e que nós fomos inaugurar: ficámos isolados a fazer a vida na ala dos políticos e a outra ala era dos de delito comum. Mas encontrávamos-nos no recreio. E quando começou a haver muitas reivindicações dos presos de delito comum, o que chamavam de agitação, tomaram a decisão que andavam a adiar, de nos enviar para o Tarrafal, para onde não nos queriam enviar.

A ideia era mandarem-nos ou para Caxias ou para Peniche. Em Peniche já estavam angolanos. Havia angolanos de outros processos

que tinham sido presos em Portugal... e não os mandaram para Angola. Mas acabaram por nos enviar, a nós, para o Tarrafal.

No Tarrafal... enquanto nas prisões de Luanda o que funcionava era o sentimento nacional, a comunidade, porque o inimigo estava no exterior e, portanto, nós estávamos ali naquela comunidade nacional, no Tarrafal não havia o inimigo exterior. O Tarrafal é no arquipélago de Cabo Verde, na ilha de São Tiago, a aldeia e o Tarrafal, o campo. Há o mar e o inimigo é a natureza contra a nossa condição de seres humanos. Ali estávamos isolados da nação, o que deu origem a que nos virássemos para dentro de nós. O Tarrafal é a prisão em mim. Virámo-nos para dentro. É certo que estavam presos da UNITA, estava o MPLA, estava a FNLA. Mais tarde, vieram os estudantes, vieram os irrecuperáveis dos outros campos, mas muitas contradições já apareciam e os *Papéis* refletem isso: no que anotei sobre mim próprio, na minha dificuldade em passar de um ambiente em que tudo era óbvio, para um ambiente em que muitas das atitudes, das ações e muitos dos sentimentos, palavras e conflitos, eram provocados por questões de camada social. Eu não digo de classe, mas de camada social, aquilo a que no tempo se chamava de pequena burguesia... nunca se sabe como é, como não é. Agora quando leio estes *Papéis*, na parte que diz respeito ao Tarrafal, dou-me conta que levei três anos até me aclimatar ao que era diferente, de que havia diferenças. Nós vivíamos a respeitar as diferenças, mas foi difícil. Mesmo estando bem integrado – cantava no coro dos protestantes, era professor da instrução primária, quando se fez a biblioteca no campo passei a bibliotecário. Eu era privilegiado porque tinha vários sítios onde pôr os pés. E com os da Guiné dava-me muito bem, com os guineenses, os muçulmanos. Ali o inimigo já era interior, ali o inimigo estava no meio de nós e era interior a cada um de nós e a pequenos grupos que, às tantas, nos próprios diários de prisão estão referidos «grupos de amigos e mais não sei quê», «grupos ideológicos». Algo que não tem correspondência no grupo de amigos... É essa a diferença que eu vejo, que se reflete até no tom dos *Papéis*. Certos dias a descrição, por exemplo, do que se passava geograficamente ou do que se passava na cozinha e no refeitório, pode iluminar uma observação que está nos *Papéis* apenas como nota. É possível, eu não li todas as cartas que eu escrevia para a Linda, mas é possível que essa leitura ilumine um pouco melhor aquele ambiente.

E. – A dualidade biográfica é forte. O que os *Papéis* mostram também é como a vida do cárcere se imprime sobre aquela película

sensível que é a escrita. Como é que estes dois espaços se refletem - as prisões de Luanda e o Tarrafal - no plano da escrita, do escritor José Luandino Vieira?

J.L.V. – As prisões de Luanda refletem-se como acumuladores de experiências. O Tarrafal não. O Tarrafal foi já a prática da escrita. Uma escrita muito orientada pelas leituras e por álbuns de pintura. Foi uma escrita condicionada plástica e literariamente como, por exemplo, em *Nós, os do Makulusu*. Hoje, a esta distância, olho para *Nós, os do Makulusu* e digo: «Pois se não tivessem construído a biblioteca do Tarrafal...». Construíram a biblioteca e depois um diretor disse: «Mas uma biblioteca sem livros?». Veio o novo diretor: «Não, isto não é biblioteca, é capela-escola». E era, era capela, escola e biblioteca. Então, a pedido não sei de quem a Gulbenkian enviou uns caixotes de livros. Os livros chegaram e eu propus-me para bibliotecário. Hoje dou-me conta de que se não houvesse aquela biblioteca seguramente em *Nós, os de Makulusu*, não haveria aquela referência à carta de doação de D. Sebastião, porque isso saiu de três ou quatro números soltos de uma revista chamada «Arquivos de Angola», que o Museu de Angola publicava e onde se transcreviam os documentos do acervo. E eu fui lendo aquilo tudo. Era o bibliotecário, tinha que estar lá sentado para entregar os livros aos guineenses e aos outros presos, sempre com o guarda ao lado. O material acumulado trazia-o em mim próprio: a infância, as prisões e depois das leituras... Às vezes diz-se «era para resistir!». A esta distância é muito difícil perceber se era para resistir ou se era para fugir. Não sei se a escrita era uma evasão, se era um ato de afirmação. Uma coisa que posso dizer é que havia uma determinação em ser fiel ao projeto de escritor com que tinha entrado para a cadeia. Era importante ser fiel a esse projeto. Não era ser um grande escritor; mas era, através da literatura e da minha formação como escritor, contribuir para a independência de Angola no sentido muito amplo da independência. Não era a independência só política, era a contribuição cultural para uma identidade nacional, para uma consciência nacional, para aqueles valores que segundo certas teorias enformam a nação.

E. – Os *Papéis da Prisão* trazem a nação angolana aprisionada: é isso que se vê na diversidade linguística, cultural, étnica, etc. que se encontra, literalmente, no cárcere. Havia essa Angola que estava ali aprisionada, humanamente identificada, digamos, nos seus companheiros, identificada pelo sofrimento, pelo aprisionamento. E depois havia a outra Angola digamos sonhada, ideal, que saíria do processo

histórico de alguma maneira. Como é que o Luandino foi cartografando essas duas Angolas, e, por outro lado, em que ponto é que elas se intercetam?

J.L.V. – Naquela altura, naquela fase da luta obviamente não tínhamos dúvidas. Aquilo que nós sonhávamos, era apenas aquilo que nós sonhávamos, e não nos criava nenhum problema porque não existia ainda aquilo que nós sonhávamos... a luta e a maneira como nós estávamos e o que sabíamos dava-nos autoconfiança... Porque é que aparece sob essa forma que está nos *Papéis*? Bom, muito embora tenha sido a ponta final da História do século XX, a independência política de Angola obteve-se naquele quadro da Guerra Fria. As independências africanas acontecem neste quadro. A base ideológica que servia para a nossa ação é aquela que está refletida nos *Papéis*. E essa base ideológica era extremamente otimista. Resulta de uma leitura histórica, momentânea, circunstancial, do marxismo em Angola. Daí aquele otimismo: «a gente vai fazer, vamos conseguir!», o voluntarismo. Está ao longo dos *Papéis* também a constante crítica das soluções luso-tropicalistas ou de apartheid: Rodésia, África do Sul. Penso que no movimento de libertação angolano, nos três movimentos, tirando as questões das cúpulas, as bases todas não queriam nada dessas soluções neocoloniais ou soluções de apartheid. Como isso entronca hoje? Hoje já passaram 40 anos... Se me perguntar «Está frustrado?» Não estou. Às vezes fazem assim a pergunta: «Está arrependido?» Nunca nos arrependemos de viver! Deu para o torto, deu para o torto, agora «arrependido»? Ou ainda: «Ah se voltasse atrás fazia a mesma coisa?» Não podia fazer a mesma coisa porque as coisas já são diferentes; mas as razões mantêm-se. Eu queria que houvesse justiça social, as pessoas vivessem em liberdade com justiça (só liberdade não quero, e só justiça também não quero, estas duas coisas têm que andar sempre juntas). Isto é como eu pensava naquele tempo... Ao longo da vida vamos pondo um horizonte, um sonho, seja o que for, à frente de nós, para realizar. Nós lutávamos pela independência política, a luta era a independência política do território. Assumirmos a responsabilidade de desenhar o nosso próprio destino nacional naquele território, nas fronteiras que tinham sido estipuladas. E isso foi conseguido. Angola é independente... Nestes 40 anos a questão da consciência nacional não se pôs em Angola, somos angolanos. As guerras que a África do Sul nos fez cimentaram a consciência nacional; a integridade territorial foi mantida. Os senhores do senado e do congresso americano

que desculpem, mas os projectos que tinham de partir Angola em três países, não funcionaram. Mas falta a justiça social, vamos chamar-lhe assim; falta que os recursos de Angola sejam utilizados em primeiro lugar por aqueles que têm direito a esses recursos, que são os angolanos, e isso não está cumprido.

E. – Na escrita de prisão, sobretudo a partir de *Luuanda* o seu projeto literário coloca o musseque como Angola. O musseque, assume um significado muito mais amplo do que a simples determinação espacial e é a partir dessa realidade de experiência pessoal que projeta Angola? É este um projeto político?

J.L.V. – À partida, tanto quanto posso recuar no tempo, a questão política está muito antes de começar a escrever. Ainda no liceu, quando fazíamos escolhas para jogar futebol, já fazíamos escolhas políticas. Eu lembro-me que só tive três colegas negros em cento e tal alunos. Mesmo assim, quando fazíamos as escolhas para jogar pequenos jogos de futebol, ficávamos juntos, de um modo geral, por exemplo, Gentil Viana, Iko Carreira, na mesma equipa e os outros ficavam noutra equipa. Era uma escolha. Não percebo como, porque é aquela escolha em que se põe um pé à frente do outro, até que quem pisa escolhe primeiro... No fim dávamos conta que eram quase sempre os mesmos na «nossa» equipa. Numa dada altura com 15/16 anos, houve uma clivagem entre os que, na Mocidade Portuguesa, escolheram ir para a milícia, para a parte mais militarizada, e os que escolheram ir para os desportos náuticos. E aí nós dividimo-nos. Depois fui-me dando conta da realidade com a leitura dos russos: Gorki, Turguêniev, Tchekhov, Dostoievski... só depois Tolstoi... o melhor veio pela literatura.

E. – A politização ocorre portanto antes, mas numa linha de coerência com a iniciação à leitura da grande literatura. É interessante este aspeto porque mesmo sem a informação biográfica é a própria sensação que surge a partir da leitura dos *Papéis*. Esses livros a que se refere e que desempenharam uma função tão decisiva na preparação do Luandino escritor eram da biblioteca do António Jacinto? Foi daí?

J.L.V. – Sim, António Jacinto era mais velho, e levava-nos os livros. Lembro-me que andava a ler os contos de Eça de Queirós com muito entusiasmo: «Singularidades de uma Rapariga Loira» e comentei com o Jacinto. No dia seguinte trouxe-me para ler o livro de um senhor chamado John Steinbeck: *As Vinhas da Ira*. E foi assim que começou a minha educação literária. Educação...!!? O desvio! ... O

projeto político é portanto anterior à prática literária. Quando resolvi fazer o *Luuanda*, a primeira versão... é pena não ter, não sei onde é que isso foi... escrevi primeiro «Vavó Xíxi». A primeira versão não estava escrita como hoje a conhecemos, os diálogos sim, estão naquela linguagem com o português popular do musseque. Foi por discussões políticas com Jacinto que cheguei a essa decisão. Sei que em determinada altura pensei: «a nossa independência política tem uma base cultural porque nós temos uma diferença cultural que justifica uma independência política porque se argumentava muito que era a língua de Eça que usávamos». Então eu discuti-a com o Jacinto e o Jacinto não aceitava. E foi assim que eu peguei na «Vavó Xíxi», reformulei, li e escrevi. Depois foi «O Ladrão e o Papagaio» e aí pensei: «É possível». Foi quando depois o Eugénio Ferreira me levou um livro chamado *Sagarana*. Li e pensei: «Estou mais que justificado. Se eu souber, posso tentar criar uma linguagem literária que seja homóloga da linguagem popular». Como eu sabia quimbundo percebia mais ou menos... e através do quimbundo fui percebendo como certas coisas dariam resultado e outras não dariam.

E. – No processo da escrita, chega o momento do confinamento no Tarrafal. Há uma fratura biográfica visível que altera as condições do seu projeto ao mesmo tempo político e literário e decorre do novo estado, no fundo, de exilado. Como foi a vivência dessa outra condição?

J.L.V. – A minha vida na prisão até ao Tarrafal é uma coisa; no Tarrafal é outra coisa. Enquanto não cheguei ao Tarrafal, eu estava preso mas não estava exilado; a minha situação era a mesma situação da nação angolana, mais nada. Estávamos todos, uns aqui, outros ali, uns com muros, outros com muros mais altos, outros nos outros campos... havia vários campos: S. Nicolau, Péu Péu, Missombo, ou em Silva Porto, no território, e o Tarrafal no exterior. A ideia deles era separar os que pensavam daqueles que eles pensavam que não pensavam. O Tarrafal é o corte, é fora do território angolano, para isso é que nos mandaram para lá... escolheram os que para lá mandaram.

Na parte dos *Papéis* que diz respeito ao Tarrafal é evidente que estou exilado. E portanto começo a devorar-me a mim próprio. E nós, sem nenhum contacto com a população, a não ser aquele que as próprias autoridades permitiam para lhes facilitar a vida, voltámo-nos para dentro. Enquanto na parte de Luanda registo o que se passava à volta, no Tarrafal registo o que se passava dentro de mim. Como

já disse, o Tarrafal é a prisão em mim. Era para nos prender a nós próprios, facilitava o tipo de trabalho que quisessem fazer. Fechados, exilados, cada um com a sua... ascendência, racial, social, política, regional, tudo! Tudo nos separava. E tudo nos juntou. Isso que nos separava juntou-nos ali... Agora, o modo pacífico como tudo aquilo foi sendo resolvido, sem nunca deixarem de jogar as contradições de classe, de raça, de instrução, de tudo, é obra de qualquer coisa que era superior a isso que nos fazia no dia-a-dia estar amuados, ou zangados, ou irritados uns com os outros. É que o campo do Tarrafal era mesmo um ser estranho, não só na ilha, ali, no sítio. À volta havia até um colonato da colonização interna, a Granja como nós lhe chamávamos. E era tão exílio que só o sentimento nacional nos unia e unia-nos ao ponto de estarmos da FNLA, da UNITA, do MPLA, e de quem não era nem de um, nem de outro, nem de ninguém, e funcionar como funcionou até ao fim.

O Tarrafal pode ser analisado em si: tem uma história desde os anos 30, com outra raiz. E essa outra raiz não pode ser destruída, marca tudo. O modelo do Tarrafal – não sei, nunca vi, o esquema do Péu Péu, S. Nicolau, não faço a mínima ideia – mas estou convencido de que se coincidência há é que são campos para concentrar pessoas. Por isso o Tarrafal para ser muito bem visto tinha que ser visto dentro deste conjunto de campos. Até, incluindo como campo entre aspas, Peniche ou outras cadeias onde estivessem os angolanos em Portugal...

O Tarrafal após a 2.^a Guerra Mundial já não é o mesmo campo. Portanto, a fase mais aguda do salazarismo encerrou o campo. Porque tinha que ser sensível à pressão internacional quando se tinha tido uma posição neutral na 2.^a Guerra. Quando reabre, é o salazarismo a reagir à questão colonial. É neste contexto que Adriano Moreira reabre o Tarrafal.

E. – Mas precisamente por falar do Tarrafal como «a prisão em mim», qual é para si ainda hoje a fratura biográfica que o Tarrafal representa em relação aos outros regimes carcerários? Que consequências teve sobre o Luandino como homem e em relação à sua visão estética e literária?

J.L.V. – É fundamental! Não há na minha vida nenhum momento tão importante, tirando obviamente o momento em que nasci e aquele em que vou morrer, que se possa, nem de longe, nem de perto, comparar com esse momento. E com essa vivência do Tarrafal. Não

só deu ordem a tudo quanto vinha de trás, como estabeleceu o modelo para tudo quanto se seguiu até hoje. Até hoje! Pouco do que se passou comigo até hoje faria de outro modo. O Tarrafal permitiu-me refletir. Aquela situação incorporou-se na visão que tenho da história, do mundo, do futuro, se é que se pode ter visão do futuro, obviamente. É mais do que fundamental.

E. – No seu *Livro dos Rios* e em muitas alocações que faz, dedica sempre, sem sombra de dúvidas «aos do Tarrafal», como se a trama experiencial do campo representasse uma permanência no seu presente: é mesmo assim?

J.L.V. – Até hoje! Este mesmo diário é, sem sombra de dúvidas dos do Tarrafal! E sobretudo aos mesmos com quem eu choquei, porque esses é que fizeram com que eu melhorasse a minha perceção do que ia ser Angola do futuro. Porque as contradições que se jogavam naquele momento jogam-se ainda hoje. Nenhuma foi resolvida porque não podem ser resolvidas neste curto espaço, neste curto tempo histórico.

E isto vivia-se diariamente! Umhas vezes surdamente, em pequenas coisas mesquinhas. Isto está refletido nos *Papéis* e felizmente que todos nós, os que saímos do campo, até hoje, dos que estamos vivos, nenhum de nós está zangado com o outro! No nosso caso, havia uma coisa que prevalecia: é que nós éramos angolanos e estávamos em Cabo Verde. E a quem interessava tomar conta de nós e que nos fazia estar ali eram os portugueses. E acabou.

E. – Havia portanto dois mundos: um interno e outro externo. Mas havia algum contacto?

J.L.V. – Não, não, era proibidíssimo e era perigosíssimo. O contacto com os guineenses era mais perigoso, do ponto de vista disciplinar, do que as conversas com os guardas de Angola. Os guardas de Angola eram da PSP, eram brancos da metrópole, que estavam ali a fazer o seu serviço, sendo rigorosamente proibido os presos falarem com eles... e sobretudo eles falarem com os presos. Tinham tanto medo que a gente virasse a cabeça aos senhores... Mas era assim que funcionava, com três cinturas de segurança do campo. Na primeira cintura de segurança, o máximo que se exigia dos presos, era um chefe de caserna, para a rotina. O resto, as autoridades não queriam saber como é que funcionávamos... mas estavam sempre atentos, vigilantes, os guardas estavam sempre junto de nós. Mas a gente não lhes ligava e eles também não nos ligavam.

E. – Mas então, uma parte do dia era para os angolanos e a outra para os guineenses. E quando chegaram os prisioneiros da UNITA também eram todos considerados angolanos, havia uma espécie de nacionalismo solidário entre militantes de formações distintas?

J.L.V. – Todos. Foram distribuídos pelas casernas, houve trocas e mudanças. Eles só chegaram em 69, penso eu, já os guineenses tinham saído. Vieram com a leva dos estudantes universitários de Luanda, trouxeram os homens da UNITA do ataque ao Luau, Teixeira de Sousa, e alguns da FNLA que eu não sei de onde vinham... e dois ou três resgatados da primeira hora, do 4 de Fevereiro. Foram distribuídos pelas casernas, houve trocas e mudanças.

E. – Quando vai para o Tarrafal vai com quem e como era o vosso dia no campo?

J.L.V. – Eu fui só com o António Jacinto e o António Cardoso. O nosso foi o processo a seguir ao Processo dos 50. Entretanto dezenas de milhares foram enviados para os outros campos com os famosos processos administrativos, que eram processos civis. Ficámos um mês isolados e depois fomos para a caserna. Na caserna, cada um fazia aquilo que queria... que podia. Uns estudavam, outros riam, outros dormiam, outros conversavam... Na caserna eu escrevia sempre! Quando estávamos com a porta aberta, no recreio livre, faziam-se as coisas que tínhamos que fazer: tínhamos que lavar a roupa, tratar da roupa, tratar de nós, fazer... os que faziam ginástica, faziam ginástica, os que conversavam, e futebol.... Durante tempos fizemos criação de galinhas e tínhamos ovos. Depois um diretor achou que isso era demais. Depois fizemos uma horta... Tudo brincadeira. Aproveitámos água num país como Cabo Verde! A água que nós tínhamos para lavar a roupa saía, para regar. Tudo mais ou menos brincadeira.

Tínhamos que inventar... Bom, também havia os trabalhos obrigatórios sazonais, que era quando vinha a chuva, caía chuva, nascia erva, capinávamos a erva, plantávamos palmeiras, regávamos, tentávamos inventar uma vida normal naquele espaço, que teria 50 por 50... com as casernas.

E. – O Tarrafal era conhecido como o campo da morte lenta, isso fazia parte do processo da morte lenta?

J.L.V. – O Tarrafal era conhecido pelo campo da morte lenta com toda a justiça ... desde a fundação até ao encerramento. Aquele campo que nós herdamos foi construído pelos deportados portugueses, vivendo ao ar livre naquele clima, à noite faz frio e de dia faz

calor. Depois água lá... imagino que deviam ter tido toda a espécie de doenças de fígado e rins, doenças tropicais, e portanto era para morrer em morte lenta. Eles próprios tiveram que construir todas as instalações que mais tarde eram o complexo do campo... além de que o tratamento era o tratamento para os aniquilar mesmo. Os relatos dos anti-facistas, essa categoria que engloba toda a gente, desde os revoltosos marinheiros até aos do partido comunista e aos anarco-sindicalistas, esses relatos mostram bem como aquilo tudo funcionava, era o modelo dos campos de extermínio. O que nós herdámos do campo da morte lenta foram as instalações, as infraestruturas, e alguns guardas do tempo da colónia. Pessoas cabo-verdianas que tinham trabalhado na cozinha, ajudantes disto, ajudantes daquilo, que foram depois recuperados e outros, mais novos, recrutados. Por exemplo, o chefe da central eléctrica nhô Eugénio, que era já do tempo da colónia. O papel dele era pôr a funcionar o motor do gerador, que dava luz à noite, para a casa do diretor, para o recinto por causa da segurança, e para as casernas até às 9.

A segurança era o elemento mais importante do campo. O primeiro anel de contacto com os presos era da Polícia de Segurança Pública de Angola, europeus, naturais de Portugal, do corpo de polícia normal, que eram para ali destacados: o chefe, o subchefe e os guardas. O segundo núcleo era o do bongue. Depois fizeram uma muralha. O bongue era um talude de terra elevada com as guaritas nas pontas cujos guardas eram de Cabo Verde, a quem davam uma Mauser, dobrados por 4 ou 5 soldados do destacamento militar que fazia a segurança do campo todo. O destacamento militar era meia companhia (era capaz de ser meia companhia), dois pelotões da região militar da Guiné. Era a Guiné que dava para ali um contingente. Portanto a segurança militar era o do comando territorial da Guiné.

Havia no entanto diferenças, porque o comportamento era diferente! À noite, os que ficavam eram os que tinham G3, e obedeciam ao oficial de dia, era a segurança militar. Os caboverdianos iam para casa e os portugueses da PSP iam para casa, ficavam só os que estavam de serviço. Durante o dia afrouxava a parte militar e entrava a parte civil. O PIDE do Tarrafal era o PIDE que estava mais perto, mas reportava à Cidade da Praia, não se metia lá. Não tinha competência para se meter em qualquer coisa do campo. Os diretores é que, claro, tiravam o chapéu sempre... ou pelo menos contavam sempre com a opinião do PIDE, como contavam com a opinião do padre. O padre ia

ao sábado dizer missa e era um elemento de informação sobre o moral dos presos...

E. – Toca num assunto importante, inclusive do ponto de vista histórico para reconstruir aquele tempo, a prática e os cultos religiosos, a variedade do contexto confessional. Como é que eram as outras religiões no campo?

J.L.V. – Os guineenses faziam as suas rezas... a gente ouvia-os a fazerem as suas orações na caserna deles. Os protestantes rezavam também, não usavam a capela, o culto diário era dentro da caserna e os católicos dentro da caserna rezavam o terço, faziam as suas orações. Era interessante que era tudo ao mesmo tempo, que era depois do jantar. Fechavam-nos às 6h30 – 7h00. Ficava-se depois com aquelas duas horas de luz, para ler, para fazer o correio, os religiosos praticavam, os não religiosos estudavam. Havia essa situação interessante que era ouvirmos os cânticos, em árabe, penso eu que era em árabe, dos guineenses a orar; estavam os protestantes a ler a Bíblia e a cantar, há sempre cânticos; e noutro canto dois ou três católicos a rezar o terço: «Santa-Maria, Avé-Maria». E eu estava a estudar, com o Liceu Vieira Dias e outros, a filosofia do Politzer, «contradição, não contradição»... O Jacinto dizia assim: «Não está mal...». Toda situação, realmente, do universo fechado... não há dúvida, está aqui.

E. – Voltando aos aspetos da estrutura do campo mas pensando sobretudo na componente humana de segurança, como é que o Luandino descreve os diretores, esses guardas, eram pessoas convictas ou eram funcionários?

J.L.V. – Funcionários, eram sobretudo funcionários. E grande parte da atuação repressiva de todos eles era devida a motivos burocráticos: «o regulamento, o regulamento, o regulamento!». Quer dizer, pessoas assim mazinhas, mau mau como as cobras, como se costuma dizer, havia alguns. Mantinham os preconceitos todos da sociedade colonial, obviamente, mas o que é interessante é que chegavam com uma camada grande de preconceito racial e, quando se iam embora, ao fim de dois anos de serviço, estava seguramente mitigada.

Alguns ofereciam-se voluntários porque também fugiam de Luanda, ou de Benguela, ou de outros sítios... Achavam eles que estavam mais seguros ali. E depois deviam ter compensação financeira, ajudas de custo, deslocação, subsídios... Geralmente vinham homens mais novos que eram solteiros, porque a escola era a sete quilómetros, e isso era para os miúdos caboverdianos, podem andar a pé, e descal-

ços em cima das pedras para ir à escola, os miúdos europeus, filhos dos guardas, já não era assim! Então davam preferência aos guardas solteiros. Que, depois, tinham outros problemas, para ali isolados. Esses não procuravam muito convívio com os presos, tinham outro comportamento... Quando íamos à cidade é que nós víamos. Consulta: três, quatro presos, um guarda, tudo à consulta externa. O guarda ia com a parte burocrática, chegava ao hospital apresentava as guias, fazia as marcações. Havia até os que nos deixavam logo ali com as outras pessoas que estavam à espera, com muitas recomendações, mas com outros não, às vezes, tinham instruções para nos fecharem lá dentro. Que era quando contactávamos com os enfermeiros, com as enfermeiras. Como Agostinho Neto tinha sido médico naquele hospital...uma das nossas células era o Hospital da Praia, para notícias, informações...

E. – Tinham informações através dos médicos, de enfermeiros?

J.L.V. – Enfermeiros. Mas era uma pessoa só, que fazia depois o resto. Só que depois a gente sabia que havia médicos que se disponibilizavam em ir dar consulta externa ao Tarrafal. E eles não queriam. E então esses que iam nós tínhamos consideração também por eles. Nomes assim da oposição de Cabo Verde. Mas isso são outras histórias...

E. – Um pouco para recuperar o dia-a-dia da detenção no Tarrafal e entender melhor, como leitores, a respiração da escrita. As saídas externas era a consulta e ir à praia, e mais?

J.L.V. – Dependia dos diretores. Já não encontrámos o primeiro diretor, mas o segundo, o que nós encontramos, era mau. Mau porque era daqueles que tinha subido no quadro administrativo de Angola e tinha tido até contradições pessoais com presos em Angola. E depois foram reencontrar-se ali. Esse era muito mau, esse tinha a escola antiga, dura. Depois veio um velhote que foi para ali só para se reformar como intendente, e portanto não queria ondas. E foi, do ponto de vista objetivo, o melhor! Melhorou grandemente as condições de vida. O projeto dele incluiu a construção de casinhas para os guardas, porque as casas eram as antigas, de madeira, tinham muitos ratos, melhorar as condições de vida dos guardas do campo, e também, por acréscimo, pôr dois tanques de água e fazer umas casas de banho para os presos. Veio aprovado, deram-lhe as verbas, Angola pagou, claro, Angola é que pagava isso tudo. O último era caboverdiano, daquela ilha, e era um católico fervoroso no bom e no mau sentido. Tinha feito curso de cristandade e então a mistura explosiva de um católico fervoroso, absolutamente salazarista e um burocrata, deu... Eu fiquei amigo dele!

Deu coisas boas porque nós podíamos fazer jogar o regulamento a nosso favor. Desde que houvesse uma alínea que a gente pudesse mexer ele depois... Eu creio que muitas vezes ele deve ter despachado positivamente no limite do que lhe permitia o regulamento, mas jogando nós com a parte católica, cristã, era a preocupação dele, tratar-nos bem. Também já se estava na ponta final da psicossocial em Angola, a estratégia do Costa Gomes tinha atrasado um pouco a disseminação da guerrilha no leste. Eu penso que nomearam um caboverdiano já também por isso. Coincidiu que muitos estavam a chegar a meio do cumprimento da pena e era para ir libertando. Mas também foi no tempo dele que chegaram os novos e ele ficou ali com o problema de ter os antigos já rotinados e chegarem aqueles estudantes, contestatários, que lhe criaram outros problemas.

E. – Falando ainda no dia-a-dia e das relações entre as pessoas, nos *Papéis* vê-se que a questão da correspondência é fundamental. Como é que se passava isso, qual era a ritualidade, digamos, associada à correspondência e à censura? Como é que o Luandino fazia passar as coisas que queria fazer sair?

J.L.V. – A correspondência estava estabelecida pelo regulamento: era de quinze em quinze dias. O preso escrevia, havia diretores que não se importavam que os presos escrevessem muitas cartas, outros achavam que era só para a família direta, mais chegada. Um princípio era de que carta que entrasse podia ter resposta. A primeira censura era feita pelo chefe dos guardas que ia lendo toda a correspondência, já tinha as instruções do diretor, e, em caso de dúvida, levava ao diretor, ou, no caso de certos presos, levava logo ao diretor. Só depois disso é que punha o carimbo, «Campo de Trabalho de Chão Bom – Censurado.» De um modo geral as pessoas escreviam só «estamos bem, não estamos, recebi isto, não recebi aquilo». Os que, que eu me lembre, fizeram outro tipo de apontamentos, só me lembro de um, que fazia um diário. Os outros respondiam às cartas que lhes eram enviadas, ou tomavam a iniciativa de escrever qualquer coisa. Eu como já vinha de Luanda com aquela rotina de escrever à Linda, e de anotar, continuei. As cartas são outra forma de diário e isso ao mesmo tempo ajudava a manter a família, a coesão, pensava eu, que era uma maneira de manter a sanidade familiar, ajudava-nos uns aos outros. Era o sentido da correspondência. Fui chamado e disseram-me: «Ah, as suas cartas são muito grandes, quando chega à censura o chefe dos guardas tem muita coisa para fazer, eu vou cortar isso!».

Eu disse: «Bom, faça como quiser, eu todos os dias escrevo». «Pode ir entregando as folhas todos os dias e ele vai lendo». «Está bem, a mim não me custa nada». Por isso quando chegava ao dia 15 a carta fechava, quando havia coisas que era proibido dizer ou não queriam que se dissesse, devolviam riscada, eu guardava ou não guardava, às vezes emendava e deixavam seguir. Algumas guardei. Mas isso variou muito ao longo do tempo, conforme os diretores. Eu consegui manter essa correspondência dirigindo-me sempre à Linda, misturando os assuntos que eram correntes, comuns com os assuntos da minha própria vida lá, aquilo que eu achava que podia contar, com algumas notas que são apenas palavras-chave para me lembrar mais tarde do que se passou.

A correspondência que chegava era censurada. Alguma voltava para trás, outra não me era entregue. De um modo geral as cartas da Linda eram entregues com cortes. Geralmente cortavam quando ela dava notícias dos amigos. Eram cortes com tesoura.

Em certa altura cortavam tudo! Eu lembro-me das cartas do Vieira Dias, cortaram uma parte que era só abraços e beijos: «Não tem nada que estar a mandar abraços e beijos!».

A correspondência era uma parte fundamental da nossa vida ali. E logo que eles começaram a ver que certas pessoas escreviam regularmente e que eram fundamentais para o preso redobram a vigilância, redobram a censura. Até nas coisas que se recebiam, encomendas.

E. – Há uma altura nos *Papéis* em que regista que resolve suspender a correspondência, que é um ano terrível...68-69. Justamente, pelo que acaba de expor, parece impossível, no campo, sobreviver sem a relação pela escrita com o mundo externo. Por que é que faz isso?

J.L.V. – Desapareciam muitas cartas... não chegavam as cartas, cartas com dinheiro desapareciam, foi uma ofensiva exterior ao campo, sobre a Linda, fizeram-lhe visitas a casa... quer dizer, fizeram tudo para a prender. Não conseguiram um motivo plausível para isso e durante muito, muito tempo, mantiveram esse tipo de comportamento em relação a tudo quanto enviava. E eu disse: «Pronto, então se é assim não escrevo mais, a mim não me custa nada!» Claro que custava, as quatro coisas que mantinham, ou conseguiam contribuir para a pouca sanidade mental que eu ainda tinha, foram o facto de ser bibliotecário e ajudante do padre a dizer a missa, virar as folhas... aquelas coisas... ser professor, quis ficar com a 1.^a e 2.^a classe, ensinar quem não sabia ler, começar a ler. É uma tarefa lindíssima, sobretudo

quando já são pessoas idosas, o Souza tinha 70 anos... Escrever, fazer o diário, escrever para a família, jogar às cartas, conversar, conviver, jogar futebol... isso mantinha-me. Está tudo refletido nos *Papéis*.

O que não está... Eu tinha o privilégio de ter uma senhora caboverdiana a fornecer-me o leite, desde que cheguei. Essa história de Ana de Tchunchum é a de uma muito lenta conquista de amizade, que se transforma em cumplicidade. A outra é a história de domesticar um pardal. Domestiquei um pardal, nenhum pássaro é fácil, mas um pardal... Fazia parte das estratégias de conquistar o tempo. E demorei-me tanto tempo a ganhar a confiança de nhá Ana como do pardal. A nhá Ana permitiu-me tirar toda a papelada cá para fora, pouco a pouco; o pardal deu-me um estatuto, sobretudo diante dos caboverdianos: «Aquele ali é mágico!», porque efetivamente o pardal aparecia e pousava no meu ombro. Estávamos todos, os presos, perfilados, para fazer a chamada para entrar na caserna e, de repente, vinha um pardal de um lado qualquer e pousava, pum! E os caboverdianos, da cozinha, a dizer: «Aquele ali é bruxo!». Por causa do pardal... E eu falava crioulo...

E. – Portanto, falar a língua deles era uma vantagem imensa...

J.L.V. – Era sim! Para poder comunicar. Já sabia um pouco de Luanda porque nos musseques a gente encontrava também os caboverdianos. E a minha curiosidade linguística, gosto muito de aprender...

E. – O Tarrafal é um espaço de solidão profunda... de reflexão... ao mesmo tempo refere que a escrita era uma forma de preencher este vazio aparente e humanizar a experiência extrema...

J.L.V. – Eu procurei preencher de todas as maneiras aquele tempo. Estudando sociologia, que é o pior que se pode fazer em solidão, aprendi tudo sobre as cidades medievais com o Henri Pirenne, Criminologia, já não sei com quem... Também tudo o que aparecia na biblioteca eu li, deram-me a autorização para fazer o curso, para fazer as provas, as provas tinham que ser feitas na presença de alguém da embaixada ou do consulado norte-americano, era uma exigência de Berkeley, Califórnia, não sei como eles contornaram isso, mas a verdade é que nos dias em que eu tinha que prestar provas, era levado para a secretaria, fechavam-me, e eu ficava a fazer o meu exame e depois aquilo era enviado pelo campo.

E. – Havia tolerância para que os presos estudassem?

J.L.V. – Sim, que estudassem dentro da própria caserna. Nós tínhamos autorização para quem sabia mais, ensinar quem sabia menos.

Eu era professor da instrução primária, funcionava uma aula de Contabilidade e Comércio, onde o Jacinto dava umas noções de Economia ou Política, Contabilidade e Comércio e os mais adiantados ensinavam os mais atrasados. De maneira que muitos que foram com a primária, fizeram o primeiro ciclo, alguns que tinham o primeiro ciclo fizeram o segundo ciclo, terceiro ciclo não havia muita gente, sei que um enfermeiro fez o segundo... ou terceiro ciclo. Quando foi posto em liberdade chegou a Luanda e como já havia os Estudos Gerais, continuou os estudos.

E. – Outra coisa que fez no campo foi aprender línguas e a Babel linguística dos *Papéis* é um aspeto surpreendente que encontra um registo extraordinário nos textos...

J.L.V. – No campo tentei aprender mais crioulo, no convívio. E quimbundo. Fui melhorando o meu quimbundo falado, péssimo, de criança, da infância, com o quimbundo teórico das traduções dos protestantes e com esses meus professores de três regiões do quimbundo, fui aprendendo, corrigiam-me. E com os mais-velhos que me iam dando o vocabulário. Fiz mesmo cadernos e fui estudando pela *Bíblia*. Fui estudando com textos e ia levantando questões a mim próprio, «isto aqui em português é sujeito, complemento direto, complemento indireto, e é assim, esta frase em quimbundo quer dizer isso, portanto como se estabelece a relação direta ou indireta entre o agente...» E depois ia discutir com os donos da língua «nós é que somos, estes tipos têm a mania, em quimbundo não há verbos!». Fiz também a inscrição num curso de guitarra clássica, por outro motivo, e escrevia, ia escrevendo os meus livros.

E. – O Tarrafal, por aquilo que também se vê nos *Papéis*, é o grande tempo de escrita. Ou seja, se podemos dizer que no princípio das anotações o projeto é ser escritor e o projeto político é Angola independente, no Tarrafal é de facto a afirmação do escritor porque é aí que redige grande parte da sua obra.

J.L.V. – Mas isso é devido às circunstâncias... Enquanto em Luanda nós ainda podíamos ter ação política, ali nós estávamos todos no exílio, e num exílio que não permitia nada de contacto com outros compatriotas como costuma ser um exílio normal. Então o exílio foi para o interior. O contacto tinha que se dar, não com os que estavam fora de mim ou fora do campo. O contacto com os que estavam no campo está refletido nos diários, e que era o dia-a-dia de nós enquanto angolanos, já com os problemas nacionais que persistem até hoje.

O outro contacto teve que ser dentro de mim, portanto, com a memória, com a experiência, com a infância, com a adolescência, e isso para sair, naquele contexto de agressão – a situação de estar ali no Tarrafal implicava uma série de agressões psicológicas e emotivas – ...podia não ter saído, se eu não tivesse a necessidade de fisicamente preencher aquele tempo e de psicologicamente me defender das agressões que aquela situação trazia. Quando aparecem os jovens universitários, já no fim, o meu espanto foi muito grande. O tempo. A um deles perguntei-lhe: «Mas tu és... tu és o filho da dona Maria?» - «Sou!». Fiquei a olhar e disse: «Como eu deixei este miúdo, pé descalço, na rua, a jogar futebol... andava na escola com certeza... E agora está aqui! É meu colega de prisão!». O tempo passou e nós ali... o tempo. Escrever foi também uma forma de manter contacto, sempre, com a realidade, com aquela parte que eu trazia, que eu tinha trazido comigo, não tinha outra.

E. – Isto permite configurar melhor a relação entre o projeto literário e o projeto político, identidades e diferenças dos dois...

J.L.V. – O projeto literário é anterior ao Tarrafal. Posso talvez dizer que a prisão de 59 acelerou tudo. Eu fui preso a primeira vez em 59, na Rua dos Enganos, compartilhava a casa com o Adolfo Maria – é irónico ser preso na Rua dos Enganos, n.º 1. Foi lá o Lontrão, entrou de manhã com o agente Vítor, e levaram livros. O Vítor queria levar *O Capital* e o Lontrão disse: «Deixa isso, ninguém lê isso, ninguém percebe!». Estava em inglês, era a edição americana, que ainda tenho. E isso acelerou. Acelerou devido ao contacto com os meus companheiros na casa de reclusão militar. Aí deixou de ser aquela vivência de luandense, o musseque, a cidade, a realidade, a prostituição, os bairros, aquela vida terrível, a miséria, a herança da realidade do liceu, o meio desportivo, para entrar num outro meio mais... duro. Na cadeia os do Processo 50 permitiram-me esse condensado da realidade política que estava dispersa pelos grupos de São Domingos, pelo Botafogo, pela Igreja Evangélica, pelo Bê Ó, MIA, MINA, ELA, aqueles grupos e grupinhos, em que três ou quatro se expressavam com uns panfletos que eram o sentimento nacional, não era preciso mais que três pessoas e quatro panfletos! Estava tudo... Há um relatório que alguém fez para mandar à senhora Roosevelt. E as pessoas arriscaram a vida, a liberdade, dez, onze anos de cadeia, por um relatório dactilografado para a senhora Roosevelt. E isso acelerou o projeto literário.

No Tarrafal já é meditação sobre o próprio ofício de escrita. Não sobre o ofício de escritor em abstrato, mas sobre os problemas que en-

frentava quanto ao que eu queria ser, escritor, naquela época, naquela contingência histórica, e tendo por herança a literatura portuguesa, a literatura negra-americana (falo inglês desde os 15 anos), a literatura brasileira, que é um peso, é uma boa influência, uma boa escola, mas é ao mesmo tempo uma prisão.

E. – A literatura brasileira, uma outra prisão: uma imagem forte. Porquê?

J.L.V. – Porque amarra, é tão fácil a gente ficar amarrado aos escritores do Nordeste. Todos estavam. Ainda por cima o Brasil exportava «A Manchete», «O Cruzeiro», os romances... até outros livros que vinham por outras vias. Mas foi um centro de abastecimento de ideias e literatura novas durante os anos 40, 50, 60.

Eu cheguei ao Tarrafal já com essa herança. Depois o que me ajudou também um pouco mais foi ter que estudar aquela parte da teoria que estudei para o curso de Sociologia... não cheguei a fazer o curso, fiz não sei quantos créditos. Ter sido o bibliotecário também foi muito importante. E... e como eram angolanos e guineenses que lá estavam até vieram livros da Junta de Investigação do Ultramar, antropologia, estudos comparativos sobre os insetos da Guiné e de Moçambique, mas havia também exemplares soltos dos Arquivos de Angola onde estavam publicados documentos que interessavam à história de Angola. E sobretudo romances, havia Redol, Cardoso Pires, Aquilino, havia muita e muita coisa... era uma belíssima biblioteca! O nosso azar foi que chegou o novo diretor e disse que queria ver os livros um a um. O anterior tinha confiado na seleção feita na Gulbenkian, que tinha enviado os livros. E então retirou muitos livros, mas como ele não era muito dado a literaturas deixou ficar, por exemplo, os três romances do ciclo do Vinho do Porto, «Port Wine», do Redol, passou muita coisa. Até porque depois vinha a apreciação: «Ah, são pretos, eles não leem, não percebem, não têm esses interesses...!» E eu lembro-me a avidez com que os meus companheiros da Guiné iam lá requisitar os livros. Quem os requisitava era um antigo tipógrafo que uma vez me escreveu um bilhete muito interessante, orgulhoso da sua profissão de onde saíram socialistas como Antero de Quental. Pelo correio clandestino pediu-me se eu conseguia encomendar de Portugal um livro do Camus, para ele. E os guineenses liam em voz alta. E liam em voz alta para os outros, os camponeses analfabetos Essa parte da vida no campo contribuiu muito para a minha formação literária. Estava ali sentado e ia lendo, sobretudo os Arquivos de Angola, que tinham essas

transcrições dos documentos... Como nós dizíamos: nós fazíamos as fogueiras com a palha que tínhamos.

E. – Mas do ponto de vista da ficção que produz sobre Luanda, Angola, como se enquadra a escrita no Tarrafal?

J.L.V. – Essa já veio de Luanda. As personagens são centrais, e uma das personagens da realidade luandense, angolana, daquela época, era a linguagem. Tem tanta, ou mais importância a linguagem como a introdução de personagem operário que nunca tenha aparecido na literatura angolana, de classes populares, gente de trabalho. A linguagem tem tanta importância como estas personagens, e isso foi, é, até hoje, um debate que prossegue comigo mesmo. Nunca consegui, por exemplo, com o Jacinto discutir bem isto: quase todos os dias, eu tentava falar com ele sobre isso, mas o Jacinto furtava-se de discussões teóricas sobre questões literárias. Política sim senhor, literatura... Eles eram muito mais políticos, todos, Viriato, Jacinto, etc... a parte de escritores, não é que fosse uma coisa instrumental, eram mesmo poetas, mas a premência era política, ação... Eles começaram em 48, não começaram em 59.

E. – E quem eram os outros companheiros com quem discutia as questões de literatura e de estética relacionadas com a escrita que entretanto praticava?

J.L.V. – Com o Agostinho Mendes de Carvalho era uma discussão muito frutuosa porque ele queria aprender: «Eu não tenho nada que te ensinar. Tu é que me ensinas!». E discutíamos às vezes. «Fala em quimbundo que é para eu perceber!» - «Não dá, a língua não dá para discutir isto!» - «Então tu estás a dizer que a tua língua não dá para discutir literatura?!» - «Dá, mas é de uma maneira que tu não percebes.». Só com metáforas, e aquela linguagem muito cifrada das sociedades camponesas, dos velhos, a sabedoria, a gente faz uma pergunta concreta e ele respondia: «Que o cágado não sei quê». Mendes Carvalho, Jacinto, Cardoso às vezes, mas Cardoso tinha uma coisa: todos os dias fazia poesia, todos os dias escrevia. Ele deve ter saído com um baú cheio de poemas, que está com a mãe dele. Depois o Manuel Pedro Pacavira. Com o Pacavira o assunto era a necessidade do romance histórico, era o que ele criticava na geração da *Mensagem* que achavam que não havia história, a simples designação de «Vamos descobrir Angola!». Tínhamos muitas conversas sobre isso. Ele tinha uma fixação fundamental: a Rainha Ginga, porque ele era daquela região do Reino do Ndongo, em Ngola, da zona de Ndalatando, Kwanza

Norte, o que sai refletido num livro de contos dele que se chama *Gente do Mato*, que são aquelas pessoas perdidas naquelas vilinhas como Golungo Alto, o interior. Também discutíamos muito, e com outros, que eram mais leitores, o Manuel Bernardo de Sousa, por exemplo, que foi o que pegou no *Grande Sertão*, leu e disse: «Isto é mesmo bonito pá!». E começou a ler, aquilo que para ele era perfeitamente natural: «olha para aqui: ‘soletrei anos e meio meante cartilha e palmatória!’. Isto quer dizer que ele foi para a escola.» E depois o livro circulou entre vários, não muitos, dois ou três liam com evidente prazer o João Guimarães Rosa, do *Grande Sertão*. Quando eu lia Aquilino respondiam-me todos daquela maneira: «Isto atrasa, isto é um português de atrasados!» O preconceito é uma coisa terrível! Depois quando chegaram os universitários cheguei a ter muitas conversas com o Pinto de Andrade, o Vicente José, que é poeta, Vicente Dembo. Ainda publicou um livrinho, nuns cadernos na União de Escritores Angolanos. Hoje é professor universitário.

E. – Pois, mas a sua ficção é muito concreta, possui quase uma evidência plástica: o lugar é Luanda, os musseques, as pessoas. Tudo muito nítido, em todo o recanto, quase um exercício para a memória não se apagar...

J.L.V. – O lugar é Luanda, os musseques e as pessoas que trabalham. O meu mundo era o mundo do trabalho. Era sobre isso que eu escrevia, que ia escrevendo lá, guardando e tentando fazer sair. À medida que ia escrevendo ia sempre pensando: «como eu faço sair isto?».

E escrevia nos mesmos blocos da correspondência. Ninguém entrava nas casernas... mas sabíamos que tínhamos sempre aquela espada de Dâmocles em cima, a qualquer momento podiam entrar e fazer uma vistoria, por um motivo qualquer, e levar o que apanhassem. Quanto à escrita foi isso. Escrever, escrevia quando a caserna estava fechada, outras vezes escrevia cá fora. Lembro-me de ter escrito *Nós, os do Makuluso* debaixo de uma árvore, que se aguentou até há 10 anos atrás. Na última vez que fui ao Tarrafal tinham cortado a árvore.

E. – Quais eram as limitações materiais com que praticava a escrita? Como conseguia o material para escrever?

Nós tínhamos tão pouca coisa, todas as semanas fazíamos a lista das compras: cadernos, esferográfica, sabão, etc. Era um guarda cabo-verdiano que ia comprar à vila e trazia, o chefe da caserna recebia do chefe dos guardas. e era distribuído a cada um. Estava tudo controlado nesse aspeto. Os únicos contactos com a população local eram com o

enfermeiro no posto de socorro, os médicos que vinham, e as senhoras que estavam autorizadas a entrar até ao portão e que vinham depois com um guarda com os cestos, as quindas, com ovos, fruta, aquelas coisas para comprar. No início havia a possibilidade de ter uma lavadeira que vinha buscar roupa suja, levava uma e depois voltava. Mas depois disso acabou, quando começou a haver água e haver condições disso acabou, quanto menos contacto com a população melhor e as senhoras ficaram reduzidas à venda de bananas, ovos, uma farinha. Eu logo de início consegui um acordo com uma senhora para me fornecer leite. Ela fornecia-me meio litro, nos anos bons conseguia fornecer um litro de leite por dia, tinha uma das melhores vaquinhas do Tarrafal, dava para tirar o leite para os meninos e ainda vender meio litro. Era a mulher de um dos guardas auxiliares.

E. – Trata-se daquela senhora... que ficou com os seus *Papéis*?

J.L.V. – Sim. Fomos fazendo amizade. Eu pagava-lhe, ela trazia. Eu falava em crioulo, os guardas europeus... os guardas da PSP diziam: «Oh...estão a falar de fruta.» Nunca ultrapassei essa fasquia que era para não ter nenhum problema. A senhora, de vez em quando, trazia qualquer coisa e dizia: «Nho Grácio toma isso!» e eu recebia era uma banana a mais, ou tinha encontrado 4 ou 5 tomatezinhos que tinha trazido. Quando chegou o primeiro Natal fiz um pedido ao diretor: «Durante o ano tive sempre a assistência desta senhora e isso demonstra um carácter dos cabo-verdianos, etc. etc. Peço autorização para comprar duas quartas de milho para poder oferecer no Natal à senhora como prenda de Natal. Duas quartas de milho ainda é um bocado de milho. O diretor mandou-me chamar: «Então já fez amizade?» - «Oh diretor não fiz amizade nenhuma, caramba, ao fim do ano quase todas as semanas ela chega com o balaio para vender: « Oh senhor Graça tenho bananas de terra, batata inglês e não sei quê... e agora chega ao Natal a senhora...» Então chegou o Natal, eu recebi o milho que tinha mandado comprar, eles vistoriaram tudo, eu fiquei com o milho e depois pus no balaio e disse: «D.^a Ana, esse milho é para a senhora cuchia para fazer cachupa.» «Oh... nho Grácio, obrigado, obrigado». Então ficaram habituados que pelo Natal eu oferecia sempre qualquer coisa. De maneira que aquilo ficou hábito no Natal, depois na Páscoa, depois fazia um queque no dia do meu aniversário, que sabia pelo marido (o guarda que depois deixou de ser guarda e passou a ajudante de cozinha). Era mais fácil falar com ele. Então, ao longo dos anos foi-se criando esta cumplicidade. Houve uma altura em que consegui

falar com ela: «Olhe Don’Ana, vou mandar, naquele balaio, uns papéis. Quando receber guarde muito bem que eu, um dia, quando sair, vou buscar. Posso?» «Pode.» Nesse ano... comprei as quartas de milho e comprei mais um pano, não sei quantas jardas de pano inglês, um pano de cabeça, um lenço. Mandei vir tudo e disse ao chefe: «Chefe, olhe, isto tudo é para Ana levar, mas eu pedi que ela trouxesse já o balaio.» «Ah, tá bem. Onde é que está o balaio?» «Tá aí!» «Então leve lá o balaio e ponha lá as coisas!» Então levei o balaio, disfarcei tudo no fundo, os papéis e tal, um papelão, etc., e pus o pano, as coisas e o milho e vim pôr para censurar: «Ó Chefe, tá aí!» «Ah, deixe aí que depois eu vejo!» «Não, veja já porque... Olhe! Tá a ver?» Pus-me a remexer. Ele começou a rir. E eu disse: «sei fazer tão bem como vocês esta coisa... «Oh, deixe-se lá disso! O que é que você este ano vai dar à Ana?» «Milho para cuchir e tenho aqui isto... fruta em calda!» «Ah, você trata bem aquela Ana, quando sair vai casar com ela!» «Oh senhor... Que diabo!» «Oh, desculpe lá, desculpe lá...!» Quando chegou o dia de Natal era ele que ia entregar, mas a nhá Ana chegou e disse: «Não, eu quero ver o senhor Grácio. Isso eu quero agradecer a ele pessoalmente!» «Ah, vai-te lá embora...» «Não! Eu quero agradecer pessoalmente, faz favor!» E o chefe foi-me chamar: «Oh Graça tá lá a Ana venha lá você entregar aquilo mesmo!» Disse-lhe: «Ana, isto é para os meninos e para o senhor Pedro. E Bom Natal, um abraço...» Saiu a chorar, saiu com aquilo, chegou a casa, tirou tudo e guardou... Eu tenho gravado em vídeo ela a dizer: «Cheguei a casa eu guardei aquilo e disse: isso, nem que me matem. Isto nunca ninguém vai saber. Nem Pedro Tchunchum soube. Ninguém! Eu guardei até ao dia em que o nho Grácio saiu!» E é verdade, no dia em que eu saí fui lá e ela disse: «Tá aqui!» Guardou aquilo tudo, guardou *No antigamente, na vida, Velhas Histórias, João Vêncio, Nós, os do Makuluso*, guardou os manuscritos. Assim, foi saindo tudo o que escrevi, o resto saiu comigo. Aliás, a última história que eu escrevi, «Kinaxixi Miami! meu Kinaxixi», acabei-a dois meses antes de sair em liberdade condicional.

E. – Mas isso foi dessa vez só ou era depois regular?

J.L.V. – Não! Foi só daquela vez. Outras coisas saíram quando a Linda foi lá, as duas visitas da Linda. À D. Ana um dia eu disse: «Se eu sou escritor devo à Ana de Tchumtchum» e ela começou-se a rir ... Durante muitos anos, de vez em quando escrevia, quando podia mandava-lhe algumas coisas. E ela continuava a ser uma mulher de trabalho. Por uma pedra que lhe bateu numa perna teve de vir a

Portugal. Amputaram-lhe a perna. Quando eu estive lá, nos 40 anos do Tarrafal, fomos lá a casa, visitá-la e ela já não tinha perna. Foi um encontro...

E. – Tem isso em vídeo?

J.L.V. – Sim, tenho isto em vídeo. Era para um documentário sobre o Tarrafal que nunca chegou a ser feito porque não houve financiamento.

E. – E tem outros registos dessa época, fotografias, por exemplo?

J.L.V. – Uma vez fiz uma petição: que no Natal me autorizassem a tirar uma fotografia para enviar para a Linda e o Xexe. E autorizaram. Tirei, mas os negativos e tudo o resto ficou com eles. Deram-me uma cópia, mandei para a Linda, ela guardou isso, nunca mais vi. Tenho também no meu diário que o chefe esteve a «bater chapas»... E depois lembrei-me: uma vez, um dos chefes dos guardas estava para vir embora, para ser substituído, e quando fomos à praia – vi que foi para tirar fotografias. Aparentemente à paisagem, ao mar, mas eu reparei que tirou fotografias aos presos. E pensei: «Espera lá que eu um dia, se puder, apanho-te. Quero ver essas fotografias!» Mas nunca vi. Ele está vivo, deve ter as fotografias, acho eu.

E. – E como fim da detenção, a saída de um tempo enorme de cárcere e do campo. Como é que foi quando lhe disseram, assim, o momento que ia sair?

J.L.V. – Eu tinha requerido a liberdade condicional há mais de um ano... Andou quase dois anos para cá e para lá, é Luanda que diz, é Lisboa que diz, é o Tarrafal que informa. Até que finalmente decidiram, era para sairmos os três, mas o Cardoso envolveu-se numa disputa com o diretor e foi para a cela disciplinar. O diretor pôs-lhe um processo, ficou até ao fim do campo, até 74. Eu e o Jacinto saímos, já tínhamos cumprido meia pena. Quando me foram notificar eu estava na oficina a fazer um bonequinho de madeira com o meu mestre Febile Malunguissa. Ensinou-me a fazer cestos e eu ensinei-o a ler. Ele praticamente não falava português e ficamos muito amigos. Eu estava nisso e foram-me dizer para assinar: «Está ali o mandado de soltura, já pode sair!» Fui lá assinar, tomei nota. «Pode sair!» «Calma, vou fazer a mala.» E depois fomos almoçar. De maneira que houve o almoço, a despedida e só depois daquilo tudo é que fui para a vila. Não almocei a correr para a liberdade. Eu ia para a vila fazer o quê? Mas na vila estava nhá Beba, a senhora dona Eulália, na casa de quem fiquei depois.

Já a Linda nas visitas ficara; eram muito amigas. Nhá Beba era mãe de Lilica, militante da primeira hora do PAIGC. Fiquei ainda umas semanas na vila do Tarrafal com a Linda que tinha sido avisada e que entretanto chegara.

E. – E qual foi a sensação?

J.L.V. – A sensação... com todo o respeito e com toda a admiração que tenho pela generosidade e aquela maneira cabo-verdiana de tratar com as pessoas, naqueles dias eu pensava: «Caramba, eu devia ter ficado no campo! Quando chegasse a Linda depois vinha» Porque não era aquilo que ia ser a minha realidade, a vila do Tarrafal, Cabo Verde. A vida... era o campo.

E. – A si, se lhe perguntassem quais seriam as letras e as imagens – isto lembrando um conto de Kafka («Na colónia penal») onde há uma máquina que grava com agulhas a sentença na pele dos condenados – que ficaram na sua pele, quando pensa no Tarrafal? Quais são as cicatrizes?

J.L.V. – Custa-me muito responder, sinceramente, a essa pergunta. Porque... quando leio os diários reconheço e sinto tudo aquilo que lá está, porque foi verdadeiro. Mas hoje também penso que estava preso há muito tempo e isso provocou em mim uma distorção, não só do modo como via as coisas, mas sobretudo o modo como sofria as coisas. Não quero dizer que aquilo que nós sofremos lá, o modo como o dizemos e o que dizemos seja exagerado. Não era. Ninguém pode sequer nunca verbalizar aquilo que se sofre. Aquilo com que se tem alegria talvez seja possível. Mas aquilo que se sofre é difícil, porque há sempre uma margem de desconhecido, que é da nossa própria natureza. Depende muito da educação de cada um: questões de pudor, de remorsos, de culpa, etc., etc. Se fosse possível dizer o que permaneceu das feridas e das cicatrizes do Tarrafal, seja a que distância for, o que de melhor lá aprendi permaneceu. O resto... às vezes até me faz sorrir. Como é que posso dizer que isto me doeu tanto assim? Isto é uma coisa sem importância a comparar com o sofrimento em geral e o sofrimento dos outros colegas. Eu fui dos mais poupados no meio daquela população toda, tenho a certeza.

E. – Poupado como?

J.L.V. – Poupado pelo destino, poupado pela vida. Era um privilegiado à entrada e fui um privilegiado à saída. Não vale a pena estar a negar essas coisas por muito dura que a situação tenha sido para mim. As marcas, a textura, as cicatrizes, tudo isso são muito maiores

em quase todos os meus colegas. E o que eu guardo é aquela parte positiva, a morabeza, a bondade, a parte da bondade dos guardas cabo-verdianos; a incapacidade da muita maldade dos da PSP perante o nosso comportamento. Eles ficavam de mãos atadas com o nosso modo de estar e viver. Havia uma intensa harmonia entre o que se vivia, o que se pensava e aquilo que se sofria. Eu estava ali por deliberação própria. Não tinha sido tramado, ninguém me meteu ali. Era uma decorrência da luta que estávamos a travar, já sabíamos. Uns morriam, outros iam presos. Eu estava preso.

E. – Nesse aspeto, o campo, como diz, não o atingiu nada?

J.L.V. – Não atingiu ninguém! Não só não atingiu ninguém como teve o efeito contrário na maioria. Tanto que o projeto do campo, que era naturalmente exterminar...estripar tudo, tornar oco para depois se poder implantar outra coisa, não surtiu efeito. Mas a história particular de cada um ditará muita coisa. No meu caso tinha educação, a minha mãe era católica, criou-me como cristão, estudei no liceu... Pela formação intelectual era capaz de equilibrar, balançar, medir, para não cair na reação contra a outra reação estúpida, bruta. Mas se não fosse a Linda era muito possível que eu tivesse soçobrado... Duas decisões foram muito importantes: uma, a questão da escrita; a outra, a minha relação. Sem essa relação qualquer de nós não seria a mesma pessoa; é a isso que chamo uma relação fundamental. Em que medida? Desde que não possa estar nessa relação numa vida normal, não tenho o direito de permanecer e não libertar o outro para que siga a sua vida. Este é que era o debate fundamental para mim, era o debate de estar preso naquelas condições. Porque não era aos 50 anos! Era dos 25 aos 40! A Linda... foi ela que segurou tudo. E foi devido à luta dela que houve possibilidade de, quando chegou ao momento legal, da meia sentença cumprida, requerer a liberdade condicional. No pedido de liberdade condicional, havia alguma coisa no nosso comportamento que não permitisse? Nada! Então já o julgamento, em 63, tinha sido uma exorbitância, e nunca quiseram corrigir, entre aspas, aquilo que tinha sido feito para exemplo. «Então as ideias?» Mas quem sabe o que elas são? Garantia de que não nos metíamos em política? Não era preciso garantir, ninguém que se queira meter em política diz: «Eu vou-me meter, sim senhor!» Quando saí entrei na célula «4 de Fevereiro», em Lisboa, em 1972.

E. – Como ler hoje estes *Papéis de Prisão* (e esta pergunta dirigimos ao leitor e não exatamente ao escritor)? Ou seja, como é que

um jovem de hoje, que pouco sabe daqueles tempos, pode de fato aproximar-se daquele conteúdo político e humano dos *Papéis de Prisão*?

J.L.V. – Eu não sei nada do que é ser jovem hoje. Presumo que se não houver um enquadramento daqueles *Papéis*, um jovem pode ler com espanto e dizer: «Isto era assim?!» Mas aqueles *Papéis* não provocam nenhum tipo de curiosidade que os leve a dizer: «Deixa-me ir ver como isto era!». Não. Isto tanto quanto vejo nos leitores jovens de hoje. Portanto, a publicação destes *Papéis* só poderia ser feita de forma contextualizada, para que, ao ler, os jovens possam perceber como era. Digo isto em relação a Angola; em relação a Portugal não sei.

E. – E para um leitor não angolano qual é a dimensão humana que vai de certo modo chamar a atenção? Qual é o conteúdo universal que os textos possuem inclusive fora do contexto que os produziu?

J.L.V. – Como produtor daqueles textos escrevia aquilo que estava a pensar ou a sentir, ou pensava que sentia... Às vezes leio e eu próprio ainda me emociono. Emociono-me humanamente. Realmente não sei se era teimosia, se era solidariedade. Há sobretudo nestes *Papéis* uma dimensão que não é só de solidariedade. É essa dimensão que, às vezes, eu encontro hoje. Não vejo que mais eu possa sublinhar... Se alguma coisa pode ressaltar é de que aquilo era uma micro-sociedade a funcionar e que se regia humanamente por sentimentos a que a própria situação dava origem. Se calhar não éramos nada bons, mas naquela situação tínhamos que ser; ou não éramos muito maus e tínhamos que ser. Havia não uma atmosfera, mas um clima de cumplicidade não expressa. Nunca ouvi discursos políticos, nem de militância durante esse tempo todo. Todos nos comportávamos como se todos soubéssemos porque estávamos ali.

Lembro-me que há uma cena em que estamos todos no recreio a pendurar roupa e estávamos a conversar. Havia tensões regionais e linguísticas, no sentido que alguém dizia: «não, não, não, diz-se assim, diz-se assim.» «Não, na minha língua é assim, na tua é assim.» E alguém viu um dos PIDE's e disse em kikongo: «Carrega a espingarda!» E o outro disse: «O que é que tu disseste?» «Carrega a espingarda!» E o outro respondeu: «Ah, isso diz-se assim em kimbundu!» E estava um outro: «Não, não, em inglês é assim!» E depois outro perguntou-me: «Em português como é que se diz isso?» «Isso diz-se: carrega a espingarda!» «Ah pois... Isso é para ser feito em todas as línguas.» Era este tipo de situação e de conversa... Ninguém explicava a ninguém

porque é que estava ali, porque estávamos naquela situação, o que é que queríamos ou não queríamos. Era decorrente do facto de estarmos ali. Aquela unidade era uma espécie de comunidade que funcionava na base de um sentimento não expresso que era a nação a que pertencíamos. As questões linguísticas que ali se viam dão essa ideia de nação. Não era fruto de uma teoria política inventada, recebida de fora e até adquirida. Não. Correspondia a uma situação histórico-social que se vivia naquele território.

E. – Luandino, hoje que é que o leva a publicar estes textos?

J.L.V. – O que me faz publicar? Quando comecei a tentar arrumar estes *Papéis*, a guardá-los, durante vários anos dividi-me entre a tentação que, às vezes, me assaltava de queimar tudo, esquecer. Porque lia e achava que não tinha grande interesse... Quer dizer, com aqueles papéis ou sem aqueles papéis, o que se passou, passou; e aquilo que ficou para o conhecimento da realidade angolana daquele tempo, chega. Achava que aqueles *Papéis* não acrescentavam nada. Quando cheguei a essa conclusão disse: «Não vale a pena queimar ou não queimar, é a mesma coisa.»

Publicar agora... A primeira razão é que a publicar que seja enquanto eu estou vivo porque sendo papéis dum período muito, muito violento, muito controverso, de um período muito difícil da vida das comunidades angolanas, convém que aquilo que foi escrito, que foi registado, nessa época, seja publicado ainda comigo a assumir a responsabilidade daquilo que está escrito. E, por isso, o tipo de publicação respeita exatamente o que está lá escrito. Se o que aqui está publicado tiver valor para permitir pesquisa da história de Angola, da história da literatura angolana, fica justificada a publicação. Quando cheguei a essa conclusão deixei de pensar em destruir os papéis ou de utilizar aquilo como material para ficção.

E. – E quais são as razões íntimas da publicação, são partilháveis?

J.L.V. – Razões íntimas da publicação? Razões pessoais? As razões pessoais são: por um lado, assumir a responsabilidade; e por outro lado, ser grato, a quem de um certo modo, me alertou para o possível valor que aqueles papéis podem vir a ter para os estudos sobre Angola. Íntimo?... se eu fosse obedecer à razão íntima já estava tudo queimado há muito tempo. Porque eu não vivo nunca no passado. O passado está em mim, não preciso de o viver ou não viver. O passado está aqui. O meu passado sou eu e o que interessa é o dia de amanhã.

E. – E como é que o Luandino de hoje entende o Luandino de ontem? Como é que estes textos ainda hoje o interpelam, o emocionam?

J.L.V. – O Luandino de ontem está aqui hoje, diante de vós. Mas não há lá nada que esteja escrito, que eu não escrevesse hoje. Quer do ponto de vista factual, quer do ponto de vista do impacto que teve sobre mim, quer sobretudo sobre os sentimentos que isso me desperta. Emocionam. Às vezes leio e... emociona-me. Não é a correspondência com a família... São pequenas coisas, a memória tem-nas lá submersas, mas reaparecem e fico emocionado: «Como era possível isto? Como foi possível fazerem-me isto ou eu fazer isto?» Isso emociona-me porque há sempre qualquer coisa mesmo em atos que estão absolutamente passados, arrumados, catalogados, esquecidos; há qualquer coisa que ainda está vivo nisso e que, de repente, nos emociona de novo. Um ser humano nunca está esgotado.